



Intervenção da Senhora Deputada Maria José Duarte,  
no período legislativo de Outubro 2005

No passado dia 10 de Outubro comemorou-se o Dia Mundial da Saúde Mental.

Ser-se saudável mentalmente é sentirmo-nos bem connosco próprios e nas nossas interrelações com os outros.

É sermos capazes de lidar de forma positiva com as adversidades.

É termos confiança e não temermos o futuro.

A saúde mental e a saúde física são as duas vertentes fundamentais e indissociáveis da saúde.

Contudo, sabemos que a doença mental acompanha o homem desde os seus primórdios.

Histórias antigas relatam as tendências homicidas do rei Saul, ou a insensatez de Nabucodonosor, rei da Babilónia que *comia grama como os bois e deixava que o orvalho das nuvens molhasse o*

*seu corpo até que crescesse o cabelo como as penas da águia e as suas unhas como as garras dos pássaros.*

Também no Vale do Nilo, no Egito, e nas sepulturas dos Incas, no Perú foram encontrados crânios trepanados que demonstram a tentativa das antigas civilizações em desvendar o cérebro humano.

Mais tarde, Hipócrates, considerado o pai da medicina e que viveu entre 460 e 377 AC, procurou livrar o estudo das doenças mentais da vertente mística e filosófica, colocando-as no contexto das enfermidades gerais. No terceiro século depois de Cristo, Galen, um grego, também responsabilizou o cérebro pela ocorrência de distúrbios psíquicos.

Todavia, todas estas tentativas foram isoladas. Segundo Zilboorg e G. W. Henry, na sua obra *A History of Medical Psychology, A Psiquiatria, quase que no momento em que nasceu do útero da Medicina, nos tempos de Hipócrates, foi raptada e carregada para a estranha casa da teologia e para os poligráficos jardins da filosofia abstrata.*



Deste modo, a doença mental como forma de possessão, dominou durante a Idade Média e perdurou por muitos séculos.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Ao longo dos séculos, a história das doenças mentais foi sempre assombrada por uma tenebrosa história de crueldades, inconsciência e desumanidade. Só há relativamente poucos anos a humanidade começou a libertar-se duma pesada carga de superstições e preconceitos.

Nos últimos anos, foram registados progressos importantes na compreensão e na atenção dos problemas de saúde mental, aumentando o conhecimento científico das causas das doenças mentais e os tratamentos disponíveis para a maioria destas doenças.

Enquanto que no passado os internamentos de pessoas com doenças mentais eram de longa duração, os avanços da psicofarmacologia e das práticas assistenciais aliadas ao

desenvolvimento de recursos de assistência permitem hoje em dia que os internamentos sejam de curta duração e que as pessoas com doenças mentais permaneçam nas suas comunidades e só recorram ao internamento em caso de extrema necessidade.

Segundo o Relatório de Saúde Mundial de 2001, da Organização Mundial de Saúde, uma entre quatro famílias tem pelo menos um membro que sofre um transtorno mental ou comportamental.

Pesquisas efectuadas em diversos países e independentemente do seu estágio de desenvolvimento, mostram que durante a vida inteira, mais de 25% das pessoas apresentam um ou mais transtornos mentais e comportamentais.

A maioria dos estudos chegou à conclusão de que a prevalência geral de transtornos mentais é, aproximadamente, a mesma no sexo masculino e feminino. Mas, nem todos procurarão a

ajuda de profissionais de saúde, inclusivamente onde o tratamento esteja disponível.

Mais de 40% dos países não têm política de saúde mental e mais de 30 % não têm programa de saúde mental. Um terço dos países direccionam menos de 1% do seu orçamento total de saúde para a saúde mental, cerca de 25% dos países não têm os três medicamentos mais comuns receitados para o tratamento de esquizofrenia, depressão e epilepsia a nível dos principais serviços de saúde e há apenas um psiquiatra por 100 000 pessoas em mais da metade dos países do mundo.

Existem muitos tipos de doenças mentais, sendo a depressão a mais frequente, constituindo uma causa importante de incapacidade, e em cada 100 pessoas, aproximadamente, 1 sofre de esquizofrenia, reduzindo o período de vida da pessoa afectada numa média de 10 anos.



Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo,

são muitos os preconceitos errados que existem sobre as doenças mentais.

Ninguém duvida que há um estigma relacionado com quem padeça de doença de foro mental. Este estigma ou preconceito isola o indivíduo em relação aos outros, como se o doente fosse um ser à parte, objecto de uma discriminação rejeitante, abrangendo aqueles que tiveram ou têm uma doença mental.

Com base nesta discriminação, aqueles que se recompuseram de uma doença mental escondem-se frequentemente atrás de um «disfarce», de modo a manter o seu passado secreto.

Os preconceitos estigmatizantes são fruto da ignorância e de uma consciência social moralmente negativa, contribuindo para os baixos índices de procura por tratamentos adequados.

Todos nós estamos vulneráveis a sofrer de problemas mentais, que são diagnosticáveis, tratáveis e podem ser prevenidos a tempo. Tornando-nos mais atentos às doenças mentais, podemos, em muito contribuir para criar as merecidas oportunidades a estas pessoas, permitindo-lhes levar uma vida normal e um regresso à comunidade como membros produtivos, autoconfiantes e capazes de desenvolverem todo o seu potencial.

Mas, apesar de todo o progresso conseguido em muitos outros aspectos da saúde, a saúde mental ainda não recebe a atenção e os recursos que merecia.

É preciso que as pessoas possuidoras de transtornos mentais sejam reconhecidas como seres **integrais, dignos, com direito à liberdade, à integração física e moral e à reabilitação para o trabalho e para a vida**. E para isso é necessário que **haja** meios de tratamento disponíveis, adequados e eficazes para cada uma das patologias, mas também que ofereçam condições logísticas **condignas e humanas** para aqueles que necessitam de internamento.



E foi precisamente a **falta** de condições **condignas** que testemunhámos numa visita que realizamos à Casa de Saúde de S. Miguel, no passado dia 28 de Setembro.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Embora tenha sido recentemente reconstruída uma nova unidade na Casa de Saúde de S. Miguel, **mais de 50 %** dos doentes mentais daquela Instituição continuam a viver em condições **degradantes**. Ficamos chocados com o que vimos. Acreditem Senhores Deputados, pensávamos que tínhamos recuado no tempo, e que estávamos a entrar **num asilo** do início do século passado. O telhado é **de fibrocimento**, as instalações sanitárias são **poucas** para o número de doentes e estão em **péssimas** condições, as camaratas estão **superlotadas**, se um doente estender o braço toca no companheiro da cama do lado e em dias



de chuva ficam praticamente **inabitáveis**, chove como se fosse na rua.

O estuque dos tectos dos quartos e corredores está **a cair**, as paredes estão **esburacadas** e a tinta já não tem cor, os quartos estão separados dos corredores **por armários**.

Senhores Deputados repetimos, os quartos estão separados dos corredores **por armários**, não existem nem paredes nem portas. E agora perguntamos: Será que estes doentes não têm direito à sua **privacidade**, nem mesmo quando estão a dormir?

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Perguntámos a Vs. Exas., onde estamos nós? Numa Região do terceiro mundo? Há 100 anos atrás? Não meus Senhores, estamos numa Região, que **dita** pelos seus Governantes, está em **franco** e **florescente** progresso a todos os níveis.



Estamos numa Região em que os seus Governantes dizem dar especial atenção aos problemas sociais. Imaginem se não dessem.... A realidade, a verdade é que durante **8 anos** o Governo do Partido Socialista **nada fez**, para melhorar as condições logísticas e o **bem-estar** dos doentes mentais da Casa de Saúde de S. Miguel.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Outra fonte de instabilidade para os doentes da Casa de Saúde de S. Miguel tem sido, por via judicial, os casos de **internamento preventivo**, ou seja, a Casa de Saúde de S. Miguel tem sido confrontada com a necessidade de albergar, por ordem dos tribunais, **presos preventivos**.

Muitos deles são pessoas violentas, tornando-se, e repetimos mais uma vez, numa fonte de **instabilidade** para os doentes daquela Instituição. A Casa de Saúde não tem condições de



instalações e de pessoal para receber, com normalidade, pessoas com perturbações da personalidade.

Deste modo, Senhores Deputados, urge encontrar soluções e alternativas, para que presos em situação preventiva não sejam, nestas condições, internados na Casa de Saúde. Há que ter respeito por quem necessita de ser tratado, por quem necessita de ter uma vida calma.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Não podemos esquecer que os doentes mentais, mesmo doentes **são pessoas**. Pessoas que têm uma **história**, pessoas que têm **direitos e obrigações**, pessoas que têm **desejos**, pessoas que têm **motivações**. E uma das motivações é certamente, sentirem-se **ocupados e úteis**.

Deste modo, **urge** regulamentar o **Emprego Protegido** na Região, à semelhança do Despacho conjunto 407/98, entre o Ministério da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade, que elabora directrizes de intervenção articulada do apoio social e dos cuidados de saúde continuados dirigidos às pessoas em situação de dependência.

Todos nós sabemos que o Programa PROSA está **completamente desajustado** na sua cega aplicação, à situação dos doentes e deficientes mentais, mas também, e a título de exemplo, à dos toxicodependentes. O PROSA é um programa bem estruturado mas para pessoas sem problemas que não sejam o da falta de trabalho .

O PROSA não tem medidas **específicas** e **adequadas** que contemplam a panóplia de pessoas que abarca, **não só** no que respeita aos **critérios de admissão**, mas também à **própria filosofia** do programa.

Para aqueles doentes o que está em causa é a sua reabilitação e não a sua produtividade. Para a reabilitação, não é o doente que tem que se adaptar ao trabalho, mas sim, o trabalho é que tem que se adaptar ao doente.

São pessoas que não podem, por exemplo, cumprir horários, que não podem trabalhar muitas horas seguidas, que precisam de faltar ao trabalho para fazerem tratamentos. E isto **não acontece** presentemente ao abrigo do Programa PROSA.

O estatuto de uma pessoa que integre aquele Programa, é **unicamente** de trabalhador e **nunca** de doente.

Antes de terminar esta intervenção, gostaríamos de fazer sentir que **as denúncias, aqui e agora** referidas, fossem entendidas como crítica construtiva e que as sugestões aqui apresentadas fossem, pelo menos, objecto **de reflexão** por parte dos Senhores Deputados e dos Senhores membros do Governo.

O nosso objectivo, como aqui já foi dito em anteriores intervenções, é e **será sempre** o de alertar e **sensibilizar** o Governo para aquilo que de menos bom acontece, com a crença



numa rápida e correcta solução que se converterá certamente, numa **mais valia** para todos nós açorianos e portugueses que somos.